



"Educação como prática de Liberdade":  
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)  
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10339 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE JOVENS E ADULTOS: o que revelam as pesquisas  
Rafaela Carla E Silva Soares - UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

## **A EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE JOVENS E ADULTOS: o que revelam as pesquisas**

### **RESUMO**

Essa pesquisa bibliográfica, caracterizada como qualitativa, objetiva compreender o que as pesquisas revelam sobre o estudante com deficiência nas turmas de Educação de Jovens e Adultos, por meio de um mapeamento das produções acadêmicas publicadas nas últimas duas décadas em bases de dados nacionais. Tomamos como base para a fundamentação teórica, estudos de importantes pesquisadores das áreas contempladas nesta pesquisa. Para além das contribuições no que se refere ao acesso à educação por pessoas com deficiência, esta pesquisa mapeou o campo de investigação sobre as pessoas com deficiência na EJA e as lacunas que precisam de maior investimento em pesquisas.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos, Educação Inclusiva, Pessoa com Deficiência; Estado do Conhecimento; Educação Especial.

### **INTRODUÇÃO E DISCUSSÃO TEÓRICA**

A EJA é conhecida como o lugar da diversidade, da inclusão social, onde encontramos educandos que tiveram seu direito à educação negados quando crianças ou adolescentes, por terem suas vidas ameaçadas (ARROYO, 2019; PAIVA, 2011). Ressalta-se aqueles sujeitos com história de deficiência que não tiveram acesso a qualquer tipo de escolarização ou que só a acessaram em idade adulta (CARNEIRO, 2007).

A partir da Declaração dos Direitos Humanos, da qual o Brasil é país signatário, todos são iguais perante a lei. Com a Declaração de Salamanca, em 1994, evidenciou-se a necessidade de uma educação inclusiva. A LDB de 1996 define a Educação Especial como modalidade de educação escolar oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, para pessoas com deficiência. A política inclusiva brasileira, mais recentemente respaldada pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015), objetiva atender as demandas dos alunos com deficiência, sejam eles crianças, jovens, adultos ou idosos, em sala de aula de escola regular, promovendo a aprendizagem e desenvolvendo de forma global juntamente com toda a escola.

A aprovação das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial (EE) na Educação Básica

data de 2001, desde então estudantes com necessidades educacionais especiais têm chegado às escolas comuns. É mais recente ainda o movimento de chegada de estudantes com este perfil na EJA.

A inclusão escolar de jovens, adultos e idosos com necessidades especiais é um assunto atual e relevante no contexto educacional de ampliação dessa oferta e sua discussão faz-se necessária. A meta 4 do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) prevê:

universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Por conseguinte, a meta 9 visa: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015. Bem como, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

O estudo de Trentin (2017) evidenciou que, a partir de 2003, as matrículas de estudantes com deficiência têm crescido na EJA e diminuído nas escolas especiais. Dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2010, mostram que quanto ao número de alunos incluídos em classes comuns do ensino regular e em EJA, o aumento foi de 25%. Nas classes especiais e nas escolas exclusivas houve diminuição de 14% no número de alunos, evidenciando um avanço da política de inclusão na educação básica brasileira.

Constata-se uma ampliação do perfil e, conseqüentemente, das especificidades dos educandos atendidos pela EJA (SOARES, L. e SOARES, R., 2014). *Os quais não se restringem mais a pessoas que não tiveram acesso à escolarização em época apropriada, mas também aos que, mesmo escolarizados, não tiveram aprendizagens significativas para o desenvolvimento e participação plena nos contextos sociais* (TRENTIN, 2017, p. 13). O estudo de Gonçalves; Bueno e Meletti (2013) ainda constatou que:

enquanto as matrículas de alunos não deficientes na EJA sofreu processo praticamente contínuo de redução, as de alunos com deficiência, após acompanhamento da queda no período de 2007 a 2009, experimentaram significativa elevação em 2010. Além disto verificou-se, também, uma proporção relativamente mais elevada de alunos com deficiência na EJA do que de alunos não deficientes, em relação ao total de matrículas correspondentes na educação básica (p. 421).

Como modalidade que é da Educação Básica, a EJA e a EE não podem ser pensadas como oferta menor nem menos importante. Modalidade é um modo próprio de fazer a Educação Básica, modo esse determinado pelos sujeitos que recebem: jovens e adultos com inúmeras diversidades (PAIVA, 2011).

O que as pesquisas têm revelado sobre a inclusão do adulto com deficiência na EJA? Quais temáticas têm sido mais pesquisadas? Quais temas não foram contemplados? Quais desafios a entrada desses estudantes na EJA apontam para o campo de pesquisas acadêmicas? Poucos estudos se propuseram a responder esses questionamentos, entretanto, ressalta-se que a inclusão de jovens, adultos e idosos com deficiência é um assunto atual e relevante no contexto educacional de ampliação desta oferta e merece ser mais bem compreendido.

Objetivou-se, com este estudo, compreender o que as pesquisas revelam sobre a inclusão do

adulto com deficiência na Educação de Jovens e Adultos; analisar os temas contemplados dentro do campo da Educação Especial em interface com a EJA, a fim de construir o estado do conhecimento das produções acadêmicas brasileiras publicadas entre 2001 e 2020, observando a interface entre a Educação Especial e a Educação de Jovens e Adultos.

De acordo com Cervo e Bervian (2002), o levantamento bibliográfico consiste em levantar todas as referências encontradas sobre um determinado tema. Caracterizamos esta pesquisa como qualitativa, em que houve um levantamento de estudos sobre as mais diversas temáticas que abordem a interface entre a EJA e a EE no Brasil.

As bases de dados consultadas para construção do acervo foram: o Portal da CAPES de periódicos, teses e dissertações; o acervo digital da Biblioteca Digital de Dissertações e Teses (BDTD); os anais (disponíveis em ambiente virtual) das reuniões nacionais da ANPEd (GT 18 – EJA e GT 15 – Educação Especial) e o portal de periódicos SCIELO. A busca foi realizada por meio dos descritores combinados entre si: Educação de Jovens e Adultos; EJA; Educação Inclusiva; inclusão; necessidades especiais; pessoa com deficiência.

O corpus textual selecionado foi sistematizado por data da publicação, título, autor, categoria (artigo, dissertação, tese), palavras-chave e categorizado por temáticas para posterior análise de conteúdo por meio do resumo das publicações.

## **ANÁLISE DOS DADOS CONSTRUÍDOS**

Apesar do aumento das matrículas de estudantes com deficiência na EJA, o levantamento sobre a produção acadêmica com interface entre a EJA e Educação Especial, revelou poucas pesquisas interessadas no assunto (GONÇALVES; BUENO e MELETTI, 2013).

O corpus dessa pesquisa contemplou teses, dissertações e artigos. Dentre os quais, o mais expressivo foi a dissertação, com 15 publicações. Além disso, localizamos sete teses e quatro artigos. Indicando que, ainda que de forma tímida, a temática tem sido abordada nas pesquisas de pós-graduação.

Ao todo, 26 pesquisas foram publicadas no período entre 2007 a 2019 (sendo que nos anos de 2009 e 2017 não identificamos publicações). Entre 2001 e 2006 não localizamos nenhum estudo sobre o tema, bem como, não houve apresentação de trabalho completo nas 18 Reuniões Nacionais da ANPEd ocorridas entre 2001 e 2020. O período com maior produção foi entre 2010 e 2015, com 18 pesquisas publicadas.

O levantamento desta pesquisa foi comparado com outros dois estudos bibliográficos: o de Siems (2011) e o de Cabral, Bianchi e Gonçalves (2018). A pesquisa de Siems (2011), evidenciou que ainda não havia trabalhos publicados *acerca do tema na base de dados do SCIELO, com descritores que contemplassem a interface Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial* (p. 65). De fato, detectamos artigos sobre o tema no SCIELO somente a partir de 2014, totalizando 4 artigos publicados até 2019.

### **Temas e categorias**

Após o levantamento e análise dos resumos das pesquisas, elencou-se quatro categorias a partir dos temas mais recorrentes: práticas pedagógicas, escolarização, formação docente e políticas públicas.

A temática mais proeminente foi a de práticas pedagógicas, que apareceu em onze pesquisas (3 teses, 6 dissertações e 2 artigos). As estratégias metodológicas mais utilizadas foram o estudo de caso e a pesquisa-ação. Os procedimentos para construção de dados foram: análise de documental e entrevista semiestruturada.

Escolarização e trajetória do estudante com deficiência na EJA foi destaque em oito trabalhos (3 teses, 4 dissertações e 1 artigo). Dos quais, dois se caracterizaram como estudo de caso, encontrou-se ainda uma pesquisa bibliográfica e outra de cunho etnográfico. Os recursos para construção de dados mais utilizados foram: observação, realização de entrevistas semiestruturadas e/ou questionários, análise documental, e registro em diário de campo.

Outra temática contemplada em outros quatro estudos abordou a formação e atuação docente (2 teses e 2 dissertações). Todas utilizaram a entrevista semiestruturada como instrumento de construção dos dados e análise de conteúdo para compreensão dos sentidos atribuídos à formação e prática dos docentes. Uma delas apresentou como dispositivo metodológico, a Instrução ao Sósia[1].

Três pesquisas (2 dissertações e 1 artigo) debruçaram-se sobre o direito à educação com foco na análise das políticas públicas educacionais e o acesso à educação por pessoas com deficiência já em idade adulta. Os estudos tiveram como base os microdados do Censo da Educação Básica disponibilizados pelo INEP. Uma delas também realizou observação participante e aplicou questionários em escolas da rede municipal.

Observou-se desafios para a efetivação da inclusão no contexto da EJA, principalmente, relacionada à acessibilidade física e curricular. Há uma unanimidade em reafirmar a importância de uma escola realmente inclusiva em que professores estejam melhor preparados para atender as especificidades dos seus estudantes, com deficiência ou não, e com políticas públicas de acesso e permanência.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para além das contribuições no que se refere ao acesso à educação por pessoas com deficiência, esta pesquisa mapeou o campo de investigação sobre as pessoas com deficiência na EJA e as lacunas que precisam de maior investimento em pesquisas.

Apesar do aumento das matrículas de estudantes com deficiência na EJA, o reconhecimento das modalidades da EJA e da Educação Especial como um direito ainda não se materializou como efetivação real no contexto político educacional brasileiro. Pesquisas que discorram sobre a educação numa perspectiva inclusiva na modalidade EJA, têm um papel relevante para a prática docente, bem como, para a construção de políticas públicas voltadas a estas modalidades.

Destaca-se a baixa representatividade de pesquisas relacionando as temáticas da Educação Especial na perspectiva inclusiva com a Educação de Jovens e Adultos no campo da educação. Por fim, nota-se uma ausência de pesquisas quantitativas sobre a temática.

Por qual razão a temática inclusiva ainda é pouco abordada em pesquisas no campo da EJA, já que a inclusão desses educandos amplia suas possibilidades sociais e cognitivas?

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARROYO, M. Vidas Ameaçadas: exigências-respostas éticas da educação e da docência. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. 2019

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br/ccivil-03/-Ato/Leis/L9394/>> Acesso em: 10 de set. 2018.

CABRAL, R. M.; BIANCHINI, L. G. B.; GONÇALVES, T. G. G. L. Educação especial e Educação de Jovens e Adultos: uma interface em construção? **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 31, n. 62, p. 587-602, jul./set. 2018

CARNEIRO, Maria Sylvania Cardoso. *Deficiência mental como produção social: uma discussão a partir de história de vida de adultos com síndrome de Down*. Tese – Doutorado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós Graduação em Educação, Porto Alegre, 2007.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

GONÇALVES, Taísa Grasiela Gomes Liduenha; BUENO, José Geraldo Silveira; MELETTI, Silvia Márcia Ferreira. *Matrículas de alunos com deficiência na EJA: uma análise dos indicadores educacionais brasileiros*. **RBPAE** - v. 29, n.3, p. 407-426, set/dez. 2013.

PAIVA, J. Inclusão na Educação de Jovens e Adultos. **Revista Eletrônica Debates em Educação Científica e Tecnológica**. v. 1, n. 01, p. 14-23, 2011.

SIEMS, M.E.R. Educação de Jovens e Adultos com deficiência: saberes e caminhos em construção. **Educação em Foco**. Juiz de Fora, v. 16, n.2 p. 61-79. set 2011/fev. 2012

SOARES, L. J. G.; SOARES, R. C. e S. O Reconhecimento das especificidades da Educação de Jovens e Adultos: constituição e organização de propostas de EJA. **Education Policy Analysis Archives/Archivos Analíticos de Políticas Educativas**. Vol. 22, 2014.

TRENTIN, V. B. Educação de jovens e adultos e a educação especial nas pesquisas: Uma articulação necessária. **Revista ESPACIOS**. Vol. 38 (Nº 35), 2017.

---

[1] ODDONE, I.; RE, A.; BRIANTE, G. *Redécouvrir l'expérience ouvrière: vers une autre psychologie du travail?* Paris: Messidor, 1981.